

## ***O DEBATE PÚBLICO SOBRE EDUCAÇÃO DURANTE A TRAMITAÇÃO DAS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL NO DIÁRIO DA NOITE DE SÃO PAULO (1958-1962).***

*Alan Max de Souza Marques<sup>1</sup>*

### **Introdução**

*“Por que razão os jornais se manifestam de forma diferente sobre um mesmo fato? Que o povo então desenvolva o seu espírito crítico para que, ao ler jornais ou ao ouvir ao noticiário das emissoras de rádio, o faça não como mero paciente, como objeto dos ‘comunicados’ que lhes prescrevem, mas como uma consciência que precisa libertar-se”. ( Paulo Freire - Pedagogia do Oprimido, p. 68)*

O período da experiência democrática brasileira de fins dos anos 1950 e início dos anos 1960 do século XX, foi caracterizado por uma ampla discussão e luta dos movimentos sociais em torno da defesa da escola pública. Por conseguinte, desenvolveu-se um intenso debate sobre o pensamento educacional brasileiro, no qual diversos atores, dentre os quais, intelectuais, educadores, trabalhadores, sindicatos, entidades representativas, estudantes e políticos, participaram ativamente e argumentaram opiniões que refletiram-se em ampla repercussão e formação de uma opinião pública sobre a questão educacional no país.

Este debate acerca da realidade educacional, fomentou os noticiários dos principais jornais e periódicos das principais cidades brasileiras, que veicularam notícias, reportagens e artigos de opinião em torno dos acontecimentos e fatos políticos durante o período de tramitação do projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional até a sua sanção em LDB nº 4.024/1961, pelo então presidente da República, João Goulart.

A partir dos dispositivos da promulgada Constituição de 1946, em meio ao clamor pela democratização e modernização do país, que marcou o fim do Estado Novo, estabeleceu-se que o Executivo federal deveria apresentar uma legislação de âmbito nacional, que organizaria a administração do sistema da instrução pública no país. Durante o governo do general Eurico Gaspar Dutra, em 29 de outubro de 1948, o Ministro da Educação, Clemente Mariani(PSD/BA), redigiu um documento que viria a constituir-se em um anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e que seria encaminhada à uma Comissão de Diretrizes e Bases do legislativo.

Em sua exposição de motivos, Mariani apontou o tema da dualidade da educação nacional, denunciando a existência de um sistema voltado para os alunos abastados, e outro, totalmente diferente, destinado aos alunos pobres. Adentrando nesta caracterização de aumento das discrepâncias da educação nacional, verificou-se que esta divisão, acirrava permanentes diferenças de condições de acesso às modalidades do ensino, levando os alunos de condições mais providas de recursos para o ensino secundário e superior, ao passo que, os alunos mais pobres acabavam concentrando-se no ensino primário e ou, em muitas vezes, sem a oportunidade de frequentar a escola. O projeto de Mariani, definia a educação como um direito de todos, sendo incumbência do poder público, promover e auxiliar o desenvolvimento da cultura. No que se refere aos partidos políticos que se debruçaram sobre a questão, notadamente a UDN, composta em sua maioria por profissionais liberais das regiões mais desenvolvidas do país, de inspiração ideológica de direita, detinha um posicionamento contrário às causas trabalhistas, geralmente defendendo as posturas mais reacionárias das alas

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade de São Paulo, Mestrando na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo; atua como professor de História de Ensino Fundamental e Médio na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo desde 2013.

conservadoras; a defesa do imobilismo social tornou-se uma espécie de tabu para o partido, que na maioria das vezes posicionou-se contrariamente à medidas que pudessem ameaçar o *status quo* das classes médias liberais.<sup>2</sup>

Neste sentido, ao debater-se às competências dos órgãos de administração do ensino, retornaram os questionamentos relativos à centralização ou descentralização, colocando em evidência as responsabilidades públicas e privadas em educação, no qual, certamente, destes últimos, a UDN foi o maior defensor de seus interesses. Desde a apresentação do referido ante-projeto até a sua aprovação final em 20 de dezembro de 1961, a matéria ficou quase onze anos em aparente dormência, tendo sido desengavetado em 29 de maio de 1957, cujos trabalhos foram iniciados de forma tranquila pela Câmara dos Deputados, até que alguns parlamentares mais atuantes viessem a se interessar a acompanhar mais de perto os rumos do ensino no Brasil.

O agravamento da crise da situação educacional, ainda não era um tema tão evidente, ao ponto de exigir o desvio da atenção dos assuntos do dia, uma vez que as atenções estavam voltadas para questões de ordem política relacionadas aos movimentos de novembro de 1955 e as circunstâncias da posse do presidente Juscelino Kubitschek.

Em meio ao desinteresse dos parlamentares e partidos políticos pelo projeto 2.222 - projeto de diretrizes e bases da educação nacional - e frente a um esvaziamento da Comissão de Educação e Cultura, poucos oradores subiam à tribuna para analisar a questão educacional mais a fundo, a maioria deles consistiam em críticas genéricas sobre a situação do ensino no país. Portanto, apesar da relativa superficialidade com que eram tratados os problemas da educação, alguns políticos revelavam uma preocupação concernente aos aspectos de sua estrutura legal e de sua organização administrativa. No interior desses discursos, como apontado por VILLALOBOS(1969, p. 76) o deputado Lauro Cruz(UDN/SP) teria proferido que um dos males do ensino primário no país são atribuídos ao excesso de centralização, e que no Brasil a legislação e a administração desse nível de ensino deveriam ser de competência estadual.

Embora o projeto em discussão ainda não tivesse muito bem definidas as posições dos parlamentares, o dilema da centralização ou descentralização ocupou o lugar de destaque dos debates, prevalecendo a opinião de que o melhor caminho seria conciliar a exigência da unidade de ensino, pela aplicação de normas gerais comuns para todo o país, e que no que se refere às peculiaridades locais, ficando aberto o campo, assim, para iniciativa legislativa supletivas dos Estados.

Uma das críticas mais contundentes proferidas pelos deputados, foi a de que o projeto de 1948, teria caducado, teria sido superado e tornado-se anacrônico, portanto, incapaz de atender as demandas e reclamos do progresso nacional. Assim, a perspectiva geral encontrada, é que o referido projeto deveria ser constituído como um “edifício novo”; sem votação, o projeto retornou à Comissão de Educação e Cultura, e foi acompanhado de cinco emendas, duas das quais eram substitutivas.

A emenda nº 2, de Coelho de Sousa, apresentava um esboço de lei que foi sugerido pela Associação Brasileira de Educação seis anos antes, e a emenda subscrita por Antunes de

---

<sup>2</sup> A historiografia sobre o período abordado em questão aponta para o ambiente político partidário existente no contexto da redemocratização, em que despontavam a marcada visibilidade dos partidos políticos União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrático (PSD). O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), voltaria ao cenário político com mais força após as eleições de 1950, Getúlio Vargas ficou às sombras após o fim do Estado Novo, do qual passou a ocupar uma modesta cadeira de senador pelo seu estado, o Rio Grande do Sul. Havia duas direitas antidemocráticas na UDN: uma que detestava a herança varguista e aspirava a ditadura militar por motivos políticos e outra que também tendia para a ditadura militar, porém, por reacionarismo econômico e hostilidade ao progresso social. Cf Benevides(1981, p. 15) apud BICCAS, M. S. & FREITAS, M. C. *História Social da Educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 162.

Oliveira, veio a reunir as procedências desde o Plano Nacional de Educação de 1937 até a legislação recente.

Como assinalado por Villalobos(1969, p. 77), entre as emendas e os substitutivos apresentados, prevaleciam as idealizações, as preocupações moralistas e o desejo de exibir uma cultura pedagógica. A emenda nº 3, composta de nove artigos, referentes ao Conselho Nacional de Educação, que foi subscrita por Martin Rodrigues, ao contrário da orientação preconizada pelo substitutivo Coelho de Souza, refletia as tendências centralizantes, dando ao CNE (Conselho Nacional de Educação) a tarefa de pronunciar-se sobre a “autorização para o funcionamento e reconhecimento, pela União, de estabelecimentos de ensino secundário e profissional e de cursos superiores, mantidos pelos Estados, os Municípios, ou o Distrito Federal”.

Tendo sido a matéria devolvida à Comissão de Educação e Cultura, não houveram novidades até novembro de 1957, quando por ocasião da visita do Ministro da Educação, Clóvis Salgado, acompanhado de educadores, sendo alguns deles participantes da redação do anteprojeto de 1948, apresentaram um novo documento sobre as diretrizes e bases, o que causou grande repercussão, sobretudo, arregimentando os setores ligados ao ensino particular, leigo e confessional, que sentiram-se convencidos de que estavam diante de um documento com orientações que visavam a incentivar o ensino público e oficial. O referido documento apresentado por Clóvis Salgado, intitulado de substitutivo 9, foi elaborado por uma comissão constituída pelos professores Almeida Júnior, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Pedro Calmon e Faria Góis. Em linhas gerais, permaneceriam as orientações advindas da Comissão de estudos de 1948, que na fala de alguns deputados, levavam a denotar que o sentido da lei era dar “unidade ao esforço educacional brasileiro não para uniformizar as escolas e os cursos, mas para que, multiplicassem os estudos e as experiências, de modo a diversificar a cultura, fonte de progresso da sociedade humana”.<sup>3</sup>

As palavras de Clóvis Salgado tentavam mostrar as semelhanças entre as novas sugestões e o projeto de 1948, e que as atuais preocupações dos educadores de 1957, tentavam conciliar diferentes tendências que vinham se manifestando dentro e fora da Câmara, desde o início da tramitação do projeto. As inovações expostas, em certa medida atendiam às inquietações dos que viam tendências revolucionárias, de cunho socializante, que viessem a sugerir a diminuição dos direitos das famílias e dos indivíduos, desde que encarados pelo prisma da liberdade de ensino, fazendo as cautelosas reservas, para que não pudessem gerar má interpretação no que concerne ao direito ao acompanhamento da educação pelas famílias e o direito dos particulares de promover o ensino.

Alicerçando o ensino às esperanças desenvolvimentistas de desenvolvimento econômico, a sugestão oferecida por Anísio Teixeira, fixaria seis séries anuais para o primário, sendo quatro elementares e duas complementares, podendo estas, eventualmente, cumprir as funções das duas primeiras séries do ginásio, que por sua vez, seriam comuns a todos os alunos, nos estudos teóricos e práticos, iniciando a diversificação a partir dos treze anos, nos diferentes ramos do ensino médio, ginásio e colégio.

Outra novidade na exposição de Clóvis Salgado versava sobre o problema da distribuição dos recursos federais com o ensino, reservando-se 20% para o primário, 30% para o médio e 40% para o superior; sendo esta solução adotada pelos dois primeiros substitutivos apresentados em maio e dezembro de 1958 e que seria alvo de inúmeras críticas no plenário, pois representava a mais completa inversão sobre o que se deveria realmente fazer, pois o interesse da maioria seria sacrificado pela minoria que lograria atingir o nível superior.

No que se refere às despesas da União com o ensino, houveram também a apresentação de outros pontos de vista, como escreveu Laerte Ramos de Carvalho, que “ao

---

<sup>3</sup> VILLALOBOS, J. E. R. *Diretrizes e Bases da Educação: Ensino e Liberdade*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1969, p. 79.

estabelecer esta nova orientação, o substitutivo ministerial abriu caminho para uma compreensão de feito mercantil do que deva ser um projeto de diretrizes e bases da educação nacional”<sup>4</sup>. Tal orientação, viria a consolidar a política de financiamento escolar, e viria de encontro às emendas propostas por Coelho de Sousa e o esboço de lei apresentado pela Associação Brasileira de Educação, visando garantir auxílio financeiro substancial aos estabelecimentos de ensino particulares.

Reacendidas as polêmicas sobre o ensino, tanto o anteprojeto de 1948, como o substitutivo Clóvis Salgado, vieram a ser criticados por não corresponderem à linha descentralizadora anunciada pela X Conferência Nacional de Educação, e por incluírem, normas consideradas reveladoras de tendências uniformizantes; por outro lado, a expansão do primário para seis anos, na visão dos educadores reformadores, representava uma inegável expansão das oportunidades da educação para a juventude e real democratização do ensino. Apesar da existência de discursos concorrentes, para um ou outro lado, concretamente, todos almejavam a extensão da escola primária, o que representava maiores oportunidades de ensino gratuito -teoricamente obrigatório - em nível correspondente às duas primeiras séries do ginásio.

A reação mais expressiva dentro desse contexto de debates sobre os futuros da educação no país, partiu de um intelectual católico, Gustavo Corção, que teria publicado na imprensa uma série de artigos, logo nas primeiras semanas de 1958, convocando as lideranças católicas para a mais justa das reivindicações, isto é, a liberdade de ensino, de que os currículos e os programas das escolas estivessem em conformidade com ‘as legítimas preferências de cada grupo social’.<sup>5</sup> Este apelo, fez com que a hierarquia católica se manifestasse, denunciando Anísio Teixeira como um representante do socialismo militante, por intentar uma escola pública inspirada pela doutrina socialista.

Uma das problemáticas que verificaremos a seguir, será relativa a linha de pensamento adotada no substitutivo de Carlos Lacerda, que foi uma liderança política ligada à diversos setores da Igreja Católica e de proprietários de estabelecimento de ensino privadas, em contraposição com a reação dos reformadores da Escola Nova de 1932, sob o Manifesto, “Mais uma vez convocados” de 1959, assinados por nomes como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Carneiro Leão, César Lattes, Paschoal Lemme, Florestan Fernandes dentre outros.

Os críticos ligados à ala católica, alegavam que Anísio Teixeira, particularmente, entendia a escola pública como uma espécie de preparação ao povo para as reivindicações sociais, e que um povo com uma tradição cristã, como o Brasil, repeliria os fundamentos do socialismo enquanto doutrina. No que tange a esses pronunciamentos, uma postura similar e que serviu de orientação foi adotada pelo próprio papa Pio XII, em discurso pontifical pronunciado por ocasião do Primeiro Congresso Internacional das Escolas Privadas Européias, ocorridos em Roma em novembro de 1957, afirmava que o “Estado, o poder político total, não interviria “mais que para exercer um papel subsidiário, para assegurar a ação dos particulares a extensão e intensidade requeridas” (VILLALOBOS, p. 85).

A liberdade de ação era um pretexto para a prioridade às escolas privadas sobre as públicas, cuja gestão dependia dos poderes públicos. Em maio de 1958, outro líder católico, Tristão de Ataíde, colocou argumentos históricos em torno dos argumentos de Corção, enfatizando o contraste entre a liberdade teórica, assegurada pela Constituição e a supressão prática dessa liberdade pela administração oficial do ensino. Ataíde criticava a concepção dos

---

<sup>4</sup> Op. Cit; p. 81.

<sup>5</sup> Nesta visão, tinha o Estado o direito e o dever de respeitar e de ajudar os detentores de um direito anterior, assim, seria dever do Estado amparar a todas as iniciativas de todos os grupos sociais ou patrocinar o ensino comum nas escolas. Para Corção, no primeiro caso estaria preservada a liberdade de ensino, mas no segundo caso, o Estado adotaria o totalitarismo. cf Op Cit, p. 84.

“pioneiros” da Escola Nova, que marcavam em seu discurso, a importância do papel do Estado na difusão do ensino, que no seu entender, era uma ideia típica dos governos totalitários, algo que circulava nas mentes dos que formularam a Revolução de 30.<sup>6</sup>

As manifestações das lideranças católicas logo repercutiram na Câmara Federal, e a partir de maio de 1958, muitos deputados perceberam-se tentados a se posicionar entre as duas grandes teses concernentes à administração oficial do ensino que estavam sendo expostas na Casa, deveriam optar pelo monopólio estatal da educação ou pela liberdade de ensino. Nesta direção, o deputado federal Ponciano dos Santos (PRP/ES), padre católico, teria dito em um de seus discursos na tribuna, que a tese da liberdade de ensino, que confere aos pais de família a primazia para orientar e dirigir a formação da mocidade, não era compatível com o princípio do monopólio estatal defendido por Anísio Teixeira(VILLALOBOS, p. 88).

Em 29 de maio de 1958, deu-se o parecer da subcomissão relatora e da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, sobre as emendas sugeridas em primeira discussão ao projeto 2.222-57, tendo-se como entendimento a redação de um “substitutivo final”. Este substitutivo proposto, manteve boa parte do projeto original no que se refere à competência da União e dos Estados, às funções do Ministro e do Conselho Nacional de Educação, bem como a orientação a ser impetrada ao ensino superior. Algumas inovações introduzidas atendiam em parte às sugestões colocadas pela comissão de professores convocada por Clóvis Salgado, e em parte às reivindicações expressas pelos que representavam os interesses das escolas privadas, sendo ele leigo ou confessional.

Embora o substitutivo atendesse em partes algumas das reivindicações de ambas as partes, a inspiração do projeto primitivo denotaria, ainda sim, um desvio nas esperanças dos representantes da iniciativa particular, uma vez que, partia do princípio que a educação nacional deveria ser orientada por uma determinada concepção de vida, em que se excluía os ideais leigos e religiões fora da tradição cristã. No título sobre os fins da educação, estava disposto de que ela se inspiraria “na concepção cristã da vida” e fundar-se-ia “nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” (art. 3º)<sup>7</sup>

Frente à este embate no interior do próprio texto, para fazer um contrabalanceamento do proposto ao artigo 3º e no artigo 5º, destacava-se que os serviços públicos de educação e cultura eram destinados “a oferecer a todos, sem distinção de raça, convicção política, crença, condição econômica ou social oportunidades iguais para o desenvolvimento da personalidade, a fim de habilitar à plena participação nos direitos e deveres da sociedade e nos benefícios da civilização”.

Outro problema encontrado diante desses embates, corresponde à extensão da escolaridade primária. Se no substitutivo em questão havia sido aceito a sugestão dos educadores, oferecidas em novembro de 1957, com o objetivo de corresponder as duas séries complementares do ensino primário às duas iniciais do curso ginásial, foi aceita sob a premissa de que tal inovação poderia ser executada nas localidades onde não houvesse oferta do ensino médio, portanto, teria ficado subentendido, de que não haveria nenhuma

---

<sup>6</sup> Tristão de Ataíde era o pseudônimo do intelectual católico e conservador Alceu Amoroso Lima, era o responsável por uma seção chamada “Coluna do Centro” - uma coluna católica - em *O Jornal*, de propriedade de Assis Chateaubriand. Desde meados da década de 30, que os *Diários Associados* alinharam-se ao cardeal do Rio, Sebastião Leme e os membros do Centro Dom Vital, organização de direita cristã criada em 1922 por Jackson Figueiredo. A veiculação de opiniões da direita conservadora cristã em seus jornais, para Chateaubriand, representava uma espécie de tratado de paz que garantia aos Associados “a permanente indulgência da hierarquia nacional da Igreja”, era de vital importância manter as boas relações do jornal com o prelado. Cf MORAIS, Fernando. *Chatô, o Rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 441)

<sup>7</sup> A inspiração religiosa do ensino representou uma contradição ao pensamento liberal, uma vez que preconizava a inspiração em princípios de liberdade e solidariedade, e não nesta ou naquela doutrina religiosa. *Ibidem*, p. 89

concorrência entre o grupo escolar oficial e o ginásio, caso um estabelecimento particular viesse a se situar numa região até então desprovida desta modalidade de ensino.

Em linhas gerais, o substitutivo da Comissão de Educação e Cultura acompanhou as sugestões encaminhadas pelo Ministro Clóvis Salgado, parte dessas concessões visava amenizar o preconceito contra as escolas médias profissionais, dando denominação comum de ginásio e colégio aos diferentes ramos do grau médio, bem como, a instituição do Fundo Nacional do Ensino Primário, divididos também entre o ensino médio e superior, cabendo a cada um, 2%, 3% e 4%, respectivamente.

Finalizado os enxertos do substitutivo, foram encaminhados à Mesa da Câmara Federal em 20 de junho de 1958, e submetidos a votação no dia 4 de novembro do mesmo ano. Enquanto a polêmica da liberdade de ensino prosseguia, mesmo que em partes as reivindicações do setor privado fossem atendidas, ainda sim, mantinha-se no documento aspectos referentes à administração do aparelho escolar e as competências do poder público, orientações semelhantes que foram impressas no projeto de Mariani. A respeito da incumbência do Conselho Nacional de Educação, houveram iniciativas visando amenizar as consequências de outras medidas que constituíam-se como inovações, indo mais longe que o projeto original, cabia ao CNE aprovar os sistemas estaduais (art. 12).

Sobre o grupo de professores que contribuíram para a redação do substitutivo de Salgado, permanecia a crítica, de que estes educadores, sob liderança de Anísio Teixeira<sup>8</sup>, “ancorados” no Ministério da Educação, caracterizavam-se por ser um “um grupo poderoso empenhado em promover como função pedagógica o laicismo do ensino e materialismo de vida”. Na fala do também padre, deputado federal, Fonseca e Silva (PSD/GO), continuava sendo o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, um “quartel general” de toda a campanha movida contra os fundamentos cristãos, “uma das características de nossa unidade nacional”, participando sob a liderança de Anísio Teixeira toda uma ordem de “livres pensadores, anticlericais, comunistas e sociedades secretas” (VILLALOBOS, p. 92)

No sentido de atenuar os choques entre o pensamento dos reformadores liberais e as lideranças católicas e também de desfazer equívocos, promoveram-se debates por ocasião da IV Reunião Ordinária da Conferência dos Bispos do Brasil, entre 3 e 11 de julho de 1958, dando origem a Declaração de Goiânia, documento assinado por três cardeais e 83 bispos, onde foram declarados alguns pontos de convergência acerca do problema do ensino no país.<sup>9</sup>

Se houvera um passo para trás dos estabelecimentos de ensino confessionais em aceitar a o regime legal uniformizante a partir do acatamento de portarias e regulamentos, por outro lado, no tocante a proposição de meios para a expansão do ensino e a melhoria da sua qualidade, durante a fala de alguns membros da hierarquia católica, regressava-se aos princípios doutrinários fixados nas posições mais reacionárias, exigindo a liberdade de ensino. A partir dessa declaração, tornou-se evidente nos manifestos de origem católica, que a descentralização e a autonomia dos sistemas e das escolas, estaria indistintamente conectada à exigência da liberdade de ensino e amparo financeiro por parte do Estado à iniciativa privada.

Segundo Villalobos, nesse contexto, descentralizar e libertar o ensino dos obstáculos burocráticos e fiscais, não significava apenas criar as condições para a diversificação da cultura, ampliando a multiplicidade das experiências pedagógicas perante a flexibilidade e a variedade de cursos mobilizando a participação de todos os setores sociais na tarefa educativa, como pensavam os educadores liberais desde 1930; mas sim, a reiterar a proteção dos

---

<sup>8</sup> Anísio Teixeira em entrevista à reportagem do Diário da Noite de São Paulo rebatia: “*É preciso que todos concentrem que a política, os políticos e os partidos precisam ser colocados a serviço da educação, jamais a educação a serviço da política*” (DNSP, 09/01/1959, p. 3)

<sup>9</sup> Reconheceram eles que o subdesenvolvimento nacional, a precariedade do ensino em todos os ramos e níveis, a necessidade de não se fazer do ensino um privilégio e de se promover uma obra de cultura e de educação popular. *Ibidem* (p. 92)

interesses da escola particular, visando a garantir a manutenção do apostolado religioso nas escolas<sup>10</sup>. Em outras palavras, a Declaração de Goiânia, colocou-se em contradição com os princípios fundamentais do liberalismo, uma vez que pregava a religião de Estado.

Em 3 de novembro de 1958, portanto, o deputado federal Carlos Lacerda (UDN/RJ), apresentou um programa definido que viria a servir de substitutivo ao projeto de diretrizes e bases da educação nacional, e contido nele, estavam os interesses das escolas privadas leigas e católicas, no qual, prometeu entregar uma redação final ao término do mês. Em sua exposição, Lacerda criticou o projeto de 1948, no qual considerou excessiva a centralização nacional, defendendo o regime federativo, salientando o reforço do poder dos Estados em relação ao poder da União, no entanto, dizendo ser “partidário do municipalismo”(VILLALOBOS, p. 94)

Segundo a análise de Villalobos a partir dos discursos na tribuna da Câmara dos Deputados, Lacerda teria proferido que o regime centralizado, fez com que a educação fosse “teleguiada por uma burocracia federal”, a governar o ensino em todo o país, por decretos, sem levar em consideração a imensa diversidade brasileira. Nesta mesma tônica, criticou também a Comissão de Estudos de 1948, descrevendo-a como um “balaio de caranguejos”, que a diversidade de orientações que compunham o entendimento da matéria, não era má desde que não fosse “contraditório ou deficiente, por isto mesmo”. Destacando os artigos do projeto que desenhava uma intervenção crescente do Estado na educação, e partindo-se dessa premissa, o objetivo era chegar “à descentralização da matéria e a liberdade de ensino, quer nos seus aspectos formais, quer nos seus aspectos substanciais” (VILLALOBOS, p. 94)

No dia seguinte ao discurso de Lacerda, outro deputado, Herbert Levy(UDN/SP) fez um discurso favorável à tese da liberdade de ensino, criticando o posicionamento do Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Primário de São Paulo, segundo o qual o sindicato alegou que a proposição em andamento visava atribuir aos deputados a distribuição de bolsas de estudo concedidas pelo Ministério da Educação. Em resposta, Herbert Levy, respondia que por trás da posição do Sindicato dos Professores, estava o objetivo de perpetuar a monopolização do ensino pelo Estado, ao invés de democratizá-lo e lhe dar autonomia local necessária, que só seria possível, se fossem garantidas “os meios para a sobrevivência de ensino da iniciativa privada”. Entre os demais membros da Câmara, crescia os adeptos da concepção de que o ensino estava intimamente ligada às teses desenvolvimentistas e nacionalistas, que tendia a considerar a escola mais como uma função do progresso econômico, e não como uma condição à ele, e salientaram também, que um dos rumos positivos tomados pela Comissão teria sido de que a solução brasileira para o ensino, pela primeira vez, não copiava os moldes do que estava sendo praticado em países estrangeiros.

Em 7 de novembro de 1958, foram abertas as segundas discussões do projeto de diretrizes e bases, sessão que não contou com a presença de oradores inscritos mas que pelo plenário ofereceu três emendas, voltando novamente a matéria para a Comissão de Educação e Cultura. A primeira emenda, veio assinada por membros das mais diferentes bancadas, inclusive Carlos Lacerda e Nogueira da Gama, que iriam representar, na Câmara e no Senado, respectivamente, como líderes no tocante aos rumos desejados para a educação nacional. Nesta primeira emenda, pedindo a supressão do artigo 15 do substitutivo, que determinava aos Estados e ao Distrito Federal, reconhecer, orientar e inspecionar os estabelecimentos de ensino por ele mantidos; em substituição, foi proposta uma nova fórmula no qual, a inspeção dos estabelecimentos de ensino particulares, limitar-se-á ao mínimo imprescindível para assegurar o cumprimento das exigências legais e de eficiência escolar”. Além de outras proposições convenientes às iniciativas privadas, pediu-se a supressão do parágrafo 1º do art 78 do substitutivo da Comissão de Educação e Cultura, no qual

---

<sup>10</sup> Ibidem (p. 93).

determinava a disposição de um número mínimo de alunos para formação de classe para o ensino religioso (VILLALOBOS, p. 96).

No entanto, a esfera política do ano de 1959 já encontrava-se sensivelmente diferente do que era a radicalização em curso no país pela rivalidade dos dois maiores partidos representados na Câmara Federal. No campo da educação, a crise tornou-se aguda, frente à majoração do custo de vida, o que resultou em aumento das mensalidades escolares, alta no custos dos materiais didáticos, congelamento de salário de professores, portanto, aqueles liberais mais calmos de outrora, que defendiam os direitos da livre iniciativa e de lucros proferidos, partiram para a aclamação do socorro da proteção do Estado e compensação dos prejuízos aferidos.<sup>11</sup>

Frente às contradições em evidência pela perspectiva liberal adotada, os defensores do ensino público oficial, foram comumente taxados de subversivos da ordem estabelecida e destruidores dos padrões culturais legados pela tradição. Na Campanha em Defesa da Educação Pública, aglutinaram-se pessoas e grupos que representavam correntes da esquerda e minorias religiosas do país, portanto, não seria difícil convencer as camadas populares, de que a subversão da ordem educacional vigente, poderia ser alcançada pelo rechaçamento da orientação adotada pelo substitutivo redigido pela Comissão de Educação e Cultura.

Como apontou Villalobos, o substitutivo Lacerda, representou expressiva participação da iniciativa privada em órgãos diretores de ensino, portanto, perante à fórmula reclamada pelos defensores da liberdade de ensino, ficava garantido o amparo financeiro do Estado aos particulares sem que, em contrapartida, houvesse uma intervenção no sentido de concorrer a educação pública com a livre iniciativa privada. Assim, ante a descentralização defendida em nome do liberalismo, que seriam compostas por representantes das entidades privadas, a República não precisaria dirigir a educação nacional.<sup>12</sup>

Quando Lacerda foi questionado acerca das semelhanças da redação dos dispositivos de seu substitutivo e que este muito se assemelhava às conclusões advindas do Terceiro Congresso Nacional de Estabelecimentos Particulares de Ensino (publicadas dez meses antes do anteprojeto de Mariani em 1948), respondeu que o substitutivo era obra de seus assessores, e que o seu intuito não era propor dificuldades à iniciativa pública, mas que suas intenções moveram-se no sentido de ter princípios compatíveis com o regimento democrático e o ideal de liberdade:

“Em seu título II (O Direito de Educar), estava assentada a ideia de que a escola é “fundamentalmente, um prolongamento e uma delegação dela” (arts 3º e 4º), para que esta, “por si ou por seus mandatários”, pudesse desobrigar-se do encargo de educar a prole, competiria ao Estado “oferecer-lhe os suprimentos de recursos técnicos e financeiros, indispensáveis, seja estimulando a iniciativa particular, seja proporcionando ensino gratuito(art. 5º)(...)Sobre a liberdade de ensino(...): Firmado o direito paterno de prover, “com prioridade absoluta”, a educação dos filhos, e o dos particulares de comunicarem a outros seus conhecimentos, vedava-se ao Estado “exercer ou, de qualquer modo, favorecer o monopólio do ensino (art. 6º) (VILLALOBOS, p. 102-103)

No concernente ao substitutivo apresentado por Lacerda, em nome do princípio da liberdade de ensino, ou justificadas por razões sociais ou pedagógicas, que iam muito além das considerações aos quais fizeram os educadores liberais, continuou-se a orientação do predomínio quantitativo das escolas secundárias particulares, a educação de grau médio

---

<sup>11</sup> Dentro dessas condições expostas, como apontou Villalobos, a intervenção do Estado no fato econômico, não se podia fazer sem que se procurasse atender também, mesmo que de forma demagógica, os anseios da justiça social das classes desamparadas e populares. Sob a perspectiva dos defensores da liberdade de ensino, o ideal seria o amparo financeiro do Estado, sem que isso significasse a sua intervenção no processo educativo, dando direito aos proprietários desses estabelecimentos, os rumos que bem entendessem conforme a sua conveniência. Op cit, p. 98

<sup>12</sup> Op. Cit, p. 99



previa-se um mínimo de três anos em continuação ao primário, sendo as linhas gerais do programa das disciplinas obrigatórias que seriam estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e as optativas pela iniciativa de cada escola.<sup>13</sup>

Para que fosse possível justificar o amparo financeiro do Estado às escolas particulares, seria necessário embasar na legislação educacional uma doutrina, que coloca-se a família como último elemento constitutivo da sociedade, que no entendimento de D. Scherer, arcebispo de Porto Alegre, a escola deveria ser definida como um prolongamento da delegação da família, portanto, como defendeu Lacerda, que a escola fosse como um “órgão supletivo e colaborador da família”(Villalobos, 1969, p.107). Segundo esta concepção, somente com o alargamento do conceito de família, é que se poderia justificar toda uma doutrina de uma escola, como pretendia a liberdade de ensino; como não se podia defender abertamente os interesses financeiros das escolas particulares ou as conveniências ideológicas de uma certa confissão religiosa, será no bojo do direito da família de escolher o gênero de educação a ser dada à prole, pois o amparo seria dado a ela e a ninguém mais. Um outro artigo do segundo substitutivo adotado pela Comissão, referido pelo deputado federal Santiago Dantas (PTB/MG) estabelecia que o direito à educação seria assegurado, entre outras providências, “pela obrigação do Estado de fornecer à família, para que esta se desobrigasse dos encargos de educação” através do fornecimento pelo Estado, de “suprimentos de recursos técnicos e financeiros indispensáveis, seja estimulando a iniciativa particular, seja na insuficiência destes, criando centros oficiais de ensino.

A partir destas modificações referidas, no sentido de atender a um maior equilíbrio entre o segundo substitutivo de Lacerda e as demais proposições sugeridas, no tocante aos deveres do poder público em matéria de manutenção e desenvolvimento da rede de escolas oficiais, ficou evidente que houve uma pré-disposição em animar as conveniências do ensino privado e em estabelecer-se as competências do Conselho Nacional de Educação que passou a ser definido como “órgão deliberativo e consultivo dos assuntos da educação” (art. 90).

Entre o primeiro e o segundo substitutivo apresentado por Lacerda, tanto os documentos da subcomissão e o aprovado pela Comissão de Educação e Cultura, acolheram o princípio de que a educação “é direito inalienável e imprescritível a família” e que deveria inspirar-se na concepção cristã da vida, porém, o segundo deu maior ênfase à iniciativa privada, colocando que o direito a educação seria assegurado pela instituição de escolas de todos os graus, “tanto por iniciativa particular quanto parte do poder público” (art. 2º, inciso II).

Antes que matéria voltasse a ser discutida no plenário da Câmara Federal - entre maio e junho de 1959 - um novo documento seria levado para apreciação dos deputados, neste documento estava correspondida uma última tentativa de alguns educadores ligados ao projeto de 1948 de influir no andamento das Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Congresso. Tratava-se de uma exposição, de sugestões para organizar o enfrentamento da doutrina de Lacerda e tentar impedir a tendência da Comissão de Educação em promover uma conciliação dos interesses das escolas privadas pelo sacrifício da escola pública. Este substitutivo dos educadores, adotado pelo deputado Celso Brant, embora não batesse frontalmente nas conveniências das instituições particulares, refugiava-se na Constituição, para garantir a presença do Estado, em torno dos imperativos que estabelecem ser a educação um direito de todos e que o ensino dos diferentes ramos deveria ser ministrado pelos poderes públicos.

---

<sup>13</sup> No segundo substitutivo, apresentado em 15 de janeiro de 1959, embora não houvesse mudanças contundentes que se registrasse na redação dos artigos, a duração do ensino primário seria alterada. Ficando o objetivo do ensino primário como sendo o de preparar o educando para a integração consciente na comunidade, mediante uma formação intelectual mais completa com iniciação à algumas profissões. Portanto, no segundo substitutivo, reduzido o primário para 4 anos, esses objetivos passariam a ser do ensino médio, ao qual se seguiriam, o ensino secundário e profissional. Op. cit, p. 105

Celso Brant, tentou aludir e conservar, os melhores aspectos rumo a conciliação dos textos do projeto de 1948, as recomendações da Associação Brasileira de Educação (ABE), bem como os textos da Comissão de Educação e Cultura de maio e dezembro de 1958 que incluíam também as propostas do substitutivo de Lacerda.

A polêmica em torno das discussões parlamentares a partir da subscrição do substitutivo de Carlos Lacerda, promoveram editoriais e reportagens que foram duramente criticados por alguns jornais da imprensa brasileira, é neste enquadramento temporal, ou seja desde iniciadas as discussões na Câmara dos Deputados, até o envio do projeto ao Senado Federal e a sanção presidencial, que analisaremos 44 documentos - entre reportagens, notícias e artigos de opinião e editoriais - do vespertino paulista *Diário da Noite*.<sup>14</sup> A cobertura jornalística dos eventos relacionados à tramitação do projeto de Diretrizes e Bases foram acompanhados com aplicada vigilância pelo *O Estado de São Paulo*, que voltaram as suas atenções muito mais para as proposições de Lacerda do que para o próprio texto elaborado pela Comissão de Educação e Cultura.

Em direção antagônica assumida pelo jornal *OESP*, o *Diário da Noite*, órgão dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, rebateu a crítica de que o projeto de Lacerda viesse a favorecer as escolas particulares em detrimento do ensino público oficial. Em pelo menos 4 artigos de opinião, escritos pelo jornalista Júlio Guimarães Sampaio, no ápice da discussão no início do ano de 1960, o *DNSP* promoveu a defesa do substitutivo de Carlos Lacerda e colocou-se contrariamente ao movimento paredista de entidades de trabalhadores e estudantes do Movimento em Defesa da Educação Pública. O corpus documental do presente trabalho, será composto por cerca de 44 documentos entre reportagens, notícias dos acontecimentos, pareceres de entidades representativas em torno do debate, entrevistas de educadores como Anísio Teixeira e Florestan Fernandes e artigos de opinião.

Fundado 7 de janeiro de 1925, o vespertino paulista *Diário da Noite*, foi adquirido por Assis Chateaubriand de Plínio Barreto e Rubens do Amaral em 7 de junho do mesmo ano, com as bênçãos de Júlio Mesquita, o patriarca da imprensa paulista do jornal *O Estado de São Paulo*. Com o intuito de ser porta voz dos interesses das “classes produtoras”, ou seja, dos cafeicultores, industriais e empresários paulistas, o *DNSP* foi o segundo empreendimento de Assis Chateaubriand que passou a compor a maior cadeia midiática que representou os *Diários Associados* na história da imprensa brasileira.<sup>15</sup>

Na maioria das vezes discursando polêmicas, imbuído de um pensamento contra o tenentismo pós Revolução de 30 e abertamente anticomunista, o jornalista tinha uma das

---

<sup>14</sup> No jornal *O Estado de São Paulo*, a partir de dezembro de 1958, figuraram sucessivas notas editoriais questionando a orientação do projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional concebida por Carlos Lacerda. Nos artigos veiculados no periódico, denunciava-se os interesses que se ocultavam por detrás da tese da liberdade de ensino e apontava as consequências desastrosas para a questão educacional do país. Conforme a análise de Villalobos, dentre essas consequências apontava-se as duas experiências suscitadas pelas reformas de Leôncio de Carvalho(1879) e Rivadávia (1911). Para esclarecimento da opinião pública, em uma dessas notas levantadas, o jornal utilizou a teoria de Stuart Mill para acentuar o fato de que a intervenção do Estado em matéria de educação era tese defendida pelo liberalismo clássico e que a concepção de um Estado “organizador e fiscalizador dos serviços escolares” não constituía ideia que contrariasse os princípios liberais. Em 18 de dezembro de 1958, o editorial dava os parabéns à Comissão pela rejeição ao substitutivo “que à última hora lhe foi apresentado para deslocar o seu projeto” Op. Cit, p. 118.

<sup>15</sup> “O vespertino de maior circulação em São Paulo” foi um dos maiores periódicos paulistas entre os anos 1925 e 1980, de caráter popular, um jornal de crimes e escândalos, tendo o seu auge de importância no cenário da grande imprensa brasileira entre o período democrático de 1946-1960. Dentro do recorte temporal do presente trabalho, o jornal foi dirigido por Edmundo Monteiro e Armando Oliveira e contou com a participação de importantes nomes do jornalismo, política e literatura nacional. Na capital federal, no Rio de Janeiro, Chateaubriand também fundou um jornal, *Diário da Noite*, que contava com o trânsito de profissionais e notícias a partir da fundação da *Agência Meridional* de Notícias(1931). A cadeia dos Diários Associados chegou a ser composta por cerca de 90 empresas, mas sucumbiu frente ao afogamento em dívidas, entrando em declínio de vendas com a crise do custo do papel e o fechamento político após o Golpe de 64.

personalidades mais contraditórias de sua época, mas que manteve boas relações com a maioria dos presidentes da República desde Epitácio Pessoa até Janio Quadros:

*“Não quero desagradar o capitalismo. É com ele que estou metido. Sou exclusivamente um homem em busca de um jornal que seja o primeiro, o pai de uma fileira de outros. Como é que vou achar meu velocino de ouro andando atrás de um bando de desocupados que pretendem escandalizar exatamente o mercado a que se dirige o meu sonhado jornal?”*(MORAIS, p. 156)

Aos 31 anos Chateaubriand somava inimigos tão poderosos quanto o presidente da República, Artur Bernardes, seu prestígio era inegável e com certeza se tratava de uma figura influente entre políticos e empresários das chamadas “classes conservadoras”. Não se tratava ainda de um milionário ou magnata, mas um indicador de seu poder de influência na época, foi o seu nome aparecer pela primeira vez nos arquivos do Foreign Office, relatório anual que a embaixada inglesa envia a Londres sobre as principais personalidades brasileiras. Segundo o perfil remetido à Inglaterra, tratava-se de “um jornalista íntimo do ex-presidente Epitácio Pessoa, atualmente trabalhando como advogado para a Brazil Traction Company e para Itabira Company”, e que para Artur Bernardes se tratava de “um homem perigoso por estar intimamente ligado ao capital estrangeiro”. (MORAIS, p. 164)

Chateaubriand era familiarizado com a imprensa estrangeira, sabia que para dar lucros e sustentar os importantes nomes de que passou a contar, além de leitores, o periódico deveria ter principalmente anunciantes, este era um discurso que frequentemente Chatô fazia, a de que a indústria e comércio do Brasil deveriam anunciar seus produtos através de propagandas nos principais meios de comunicação.

A compra do *Diário da Noite* em São Paulo e da *Revista do Brasil*, a importação do moderno maquinário utilizado em *O Jornal*, acabou despertando a atenção do Palácio do Catete que supostamente tinha deixado os negócios de Chateaubriand em paz. Conforme constatou Fernando Moraes, o presidente Artur Bernardes infiltrou pessoas dentro do jornal e vinha acompanhando secretamente todas as operações realizadas pela empresa. Em suma, o Catete tinha discernimento de que as quantias levantadas por Chatô para cumprir suas obrigações entre empréstimos e venda de ações societárias, não fechava a conta no que tange aos valores das operações de compra dos periódicos *O Jornal* e *Diário da Noite*, sendo assim, Bernardes teve certeza de que muito provavelmente Chateaubriand contava com capitais advindos de Mackenzie, ou por Farquhar, ou Billings, Couzens, ou Pierson (grandes empresas de capital estrangeiro). Era dinheiro estrangeiro controlando a opinião pública através da mediação de um jornal brasileiro - algo que era proibido pela legislação da imprensa brasileira - e para Bernardes o fato era comprovado devido à inexplicável ausência de anúncios da Light em *O Jornal* ou no *Diário da Noite*.

Embora tivesse contato com importantes industriais como o conde Francisco Matarazzo, e tentasse convencê-lo dos potenciais benefícios que as indústrias teriam se anunciassem o que produziam, a maioria das vezes era retrucado com posições céticas e desinteressadas. No país não havia ao menos meia dúzia de agências de propaganda, a publicidade ainda era incipiente, os outdoors só apareceriam no Brasil no início da década de 30, produzidos pelo tipógrafo italiano Amadeo Vigiani sob a forma de toscos cartazes ovais que geralmente eram pregados em postes de luz.

Naquele altura do desenvolvimento das publicidades na imprensa brasileira, existia apenas a figura do agente de reclames, que era uma espécie de corretor que levava os raros anúncios para os jornais e ganhava uma comissão sobre o faturamento. A composição dos anúncios era feita pelos tipógrafos nas gráficas dos jornais, a propaganda era feita em “estéreos”, nomes com que eram conhecidos os clichês.

As fábricas estrangeiras instaladas no Brasil eram uma exceção – a General Motors foi a primeira a inaugurar uma agência própria no desenvolvimento de cartazes e folhetos para os

revendedores -, Van Dyck , presidente da filial brasileira da indústrias de lâmpadas General Electric, interessou-se pela obsessão de Chateaubriand pela propaganda e apresentou-o o americano Fitz Gibbon – o primeiro perito em propagandas a aparecer na terra”, que era chefe do Departamento de Propaganda do *New York American*, matutino estadunidense de propriedade de William Randolph Hearst.

Quando Chateaubriand parecia estar rompido com o governo federal, provavelmente estava consolidando suas relações com as outras fatias do poder, foi assim que entrou em contato d. Sebastião Leme, arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro de quem ouvira um pedido do prelado da Igreja, de que *O Jornal* criasse uma coluna diária sobre o catolicismo e de que esta nunca estivesse ao lado da coluna protestante ou na mesma página; embora Chatô fosse agnóstico e incrêu, determinou que a coluna protestante seria suprimida e a coluna católica irá aparecer monopolística no diário afirmando um laço de compromisso com as posições da Igreja Católica no Brasil.

Depois do aceno ao poder espiritual da Igreja para com as posições do jornal, Chateaubriand também tinha que fazer um agrado à outros poderes da capital, portanto, iniciou uma prática que se tornaria uma marca registrada de seus empreendimentos ao longo dos anos, lançando as tradicionais campanhas, para levantar fundos para ajudar os paulistas no front da Revolução Constitucionalista de 1932, para criação de postos para atendimento de saúde à infância ou incentivar a aviação civil. Por diversas razões, Chateaubriand criou mobilizações na sociedade brasileira procurando sustentação e influência, quando fosse necessário, agradava a quem precisasse, para recorrer nos momentos de dificuldades materiais, inclusive, o próprio governo.

Acenando para os poderes espirituais, temporais, financeiros, judiciais e até mesmo aqueles com que se indispôs por diversas vezes, Chatô mantinha cordiais relações com políticos que apoiavam o presidente Artur Bernardes como o deputado federal Lindolfo Collor, que era redator-chefe de *O País*. Foi através de Collor que Chateaubriand foi apresentado à Getúlio Dorneles Vargas em um hotel na Praia do Flamengo.

A iniciativa de Chateaubriand em apostar as suas fichas em publicidades seguindo a orientação de Fitz Gibbon, fez com que em meados de 1925 *O Jornal* figurasse entre os com maior tiragem na capital federal. A maior parte das vinte páginas diárias estava repleta de anúncios da Antártica, da General Motors, da companhia Sul-América de Seguros, de diversas casas bancárias, distribuidoras de combustíveis, laboratórios farmacêuticos nacionais e estrangeiros com elixires para os mais variados tipos de acometimentos e doenças.

“No dia em que eu escrever a história dos Diários Associados, terei que mandar satanás baixar à terra para contar os acordos que fiz com ele para sobreviver”  
(MORAIS, p. 410)

No ínterim destes anos, sobretudo a partir de 1937, com o transcorrer do Estado Novo, o *Diários Associados* conseguiram retomar o seu prestígio e difusão nacional ao passo que também se tornou um instrumento do governo Vargas, passando as publicações de periódicos e revistas, praticamente incólume a ação dos censores.

Dos artigos de Chateaubriand emanava o tão complacente otimismo das virtudes do novo governo, que os seus escritos elogiosos passariam a ser publicados oficialmente pela Agência Nacional e despachados para todos os jornais do país, além dos próprios Diários Associados. Acompanhando o mesmo movimento nos jornais, Chateaubriand ordenou que as duas rádios Tupis abrissem um programa semanal de doutrinação da população segundo os princípios do Estado Novo, cujo conteúdo ficaria aberto a ser preenchido por nomes escolhidos pelo governo. No *Diário da Noite* de São Paulo, foi criada uma coluna permanente que foi destinada à Comissão de Doutrina e Divulgação do Departamento Nacional de Propaganda (que meses depois se transformaria no DIP). A revista *O Cruzeiro* também aderiu ao modelo, e se transformou em um veículo de propaganda do Estado Novo.

Ao término do período do Estado Novo, o jornal *Estado de S. Paulo*, dominava sem sombra de dúvidas o primeiro lugar em vendas na capital paulista, seguido pelo *Diário da Noite*.<sup>16</sup> Na capital federal, tanto *O Jornal* como o próprio *Diário da Noite* carioca, representaram um dos maiores jornais de circulação em franca concorrência com o *Diário Carioca*, *Jornal do Commercio*, *O Globo* e *Tribuna da Imprensa* (de propriedade de Carlos Lacerda).

Além do progresso tecnológico, os jornais e publicações dos Associados, passaram a cada vez mais adquirir uma importância editorial. Além das grandes reportagens em *O Cruzeiro*, despontava-se a participação de jovens talentos que se tornaram proeminentes escritores de sua geração, romancistas tais como: Mário de Andrade, Jorge Amado, Érico Veríssimo, Di Cavalcanti, Aurélio Buarque de Holanda entre outros. Participaram também um iniciante na carreira e que se tornaria pioneiro anos mais tarde, pelo seu fazer jornalístico, como Joel Silveira, um dos primeiros correspondentes de guerra brasileiros que acompanhou a FEB - Força Expedicionária Brasileira - na Itália em 1945.

Uma avalanche de modernidades e produtos importados da Europa e Estados Unidos passaram a tomar cada vez mais os espaços das páginas dos Associados. O conseqüente incremento no fluxo de caixa, possibilitou a modernização dos seus equipamentos de impressão, foi assim que importou uma Multicolor, por 120 mil dólares de então, a mais moderna rotativa conhecida que os outros donos de jornais só tinham ouvido falar (depois de 20 anos, no início da década de 1950, só *O Globo* e *Lythographica Ypiranga* de São Paulo, além de *O Cruzeiro* utilizavam):

*“Era um jornal com feições populares, equipamentos de ponta, profissionais experientes, articulistas internacionais, reportagens de impacto, notícias em primeira mão, anúncios, campanhas, concursos, obteve sucesso e mais ainda com o destaque dado às páginas policiais e escândalos”* (ROMERO, 2011, p.14)

Também se tornaram marcas do recente jornalismo, o que convencionou-se chamar de matérias pagas - reportagens de duas a quatro páginas patrocinadas - por uma determinada empresa. Durante a primeira metade dos anos 1940, os Diários Associados concentraram a maior parte dos jornalistas de alto nível no Rio e em São Paulo. Embora fosse um jornal conservador, jornalistas eram atraídos pela fama e alcance de seus jornais, muitas vezes, mesmo em meio ao cenário dificultoso que a guerra impunha a todas as empresas, eram contratados com boas remunerações. Como eram os Associados, somente um semanário fazia concorrência em prestígio e visibilidade para a carreira de um jornalista<sup>17</sup>.

Outra tendência proveniente do jornalismo praticado nos Diários Associados e que se tornaram modelo, foram as notícias que ganharam o rótulo pejorativo de “imprensa marrom”, de cunho sensacionalista, com escandalosas manchetes, capazes de resumir uma notícia em um número menor de palavras, o *Diário da Noite* carioca e de São Paulo, certamente foram um dos campeões de tiragens e vendas, exprimindo notícias com alto poder de síntese separadas em oito colunas, com letras garrafais e inúmeros pontos de exclamação: “Podre o

---

<sup>16</sup> Antagonicamente ao situacionismo dos Diários Associados, o jornal OESP sofreu severa intervenção do DIP em 1940, e recebeu todo o prestígio de ter sido um jornal que “caiu” lutando contra a ditadura varguista. Entre os órgãos de imprensa brasileiros, sem sombras de dúvida, os Associados foram os que mais gozaram de liberdade durante o Estado Novo, e continuaram a sua influência no período da experiência democrática. Se o jovem Júlio de Mesquita Filho (*O Estado de S. Paulo*) tinha sido exilado e seu jornal encampado durante a ditadura, Chateaubriand aqui ficou, e com o fim do regime de exceção, sua influência passou a ser determinante nas investigações de possíveis excessos cometidos pelos órgãos de repressão varguista.

<sup>17</sup> Em 1958, no Rio de Janeiro, a tiragem do *Diário da Noite* orbitava em cerca de 70 mil exemplares por dia, ao passo que *O Jornal* estava estimada entre 40 e 50 mil, o primeiro lugar dos vespertinos era ocupada por *O Globo* que obtinha uma tiragem estimada de 200 mil exemplares. Nos matutinos, seguia-se o *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora*. Cf NEVES, L. M. B. P. et al. *História da Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2006, p. 425.

Pé do Papa!!!!”(sobre a doença do Papa Pio XI que estava acometido de uma gangrena nos pés que levaria a sua morte).

Com influência e naturalidade pelo ambiente político, Chateaubriand passou a ser uma figura nacional que participava da política e da tomada de decisões importantes no país. Ao passo que a imprensa estrangeira o descrevia como o “Hearst brasileiro” ou de “Kane sul-americano”, suas atitudes repercutiam nas opiniões de muitos. Muitas grandes empresas e negócios brasileiros eram anunciantes nos Associados, portanto, era sempre necessária muita cautela quanto ao teor do que se publicava, para que não causasse nenhum escândalo ou mal estar com os seus patrocinadores publicitários. Sendo assim, era bastante comum a prática do veto a reportagens que venham a ferir quaisquer interesses de empresas e pessoas que mantinham negócios com os Associados.

A inauguração do prédio dos Associados no centro da capital paulista, foi uma solenidade ocorrida em julho de 1950, no qual foi apresentado um salão de mil metros quadrados reservados a receberem as primeiras aquisições de Chateaubriand e Pietro Maria Bardi para o MASP, oriundos de uma Europa devastada pela guerra, obras de artista como Renoir, iriam compor a coleção de um das mais famosas instituições museológicas do país.

O *Diário da Noite* apesar de ser considerado escandaloso pelo teor sensacionalista de reportagens sobre crimes e casos de violência, exerceu um papel de suma importância na difusão de notícias, na formação da opinião pública, na criação de consensos e produzindo representações da realidade. Imbuído com o interesse de bem informar principalmente a classe média paulista, suas páginas informavam os principais fatos sobre a pujante vida social e cultural da capital paulista.

Notadamente nos anos 1950, sobretudo a partir do segundo governo de Getúlio Vargas, Chateaubriand foi pago com o lastro das instituições públicas, que era ressarcido por eventuais apoios políticos na cadeia dos Associados (MARTINS & LUCCA, 2008, p. 188).

Com as eleições de outubro de 1955, Etelvino Lins, principal assessor da candidatura, do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek (PSD) procurou Chateaubriand para que os Associados tornassem o seu bico de pena, no entanto, o motivo de barganha seria condicionar o apoio de seus jornais ao seu retorno ao senado, porém, JK tentando não se comprometer, pediu que o jornalista procurasse Tancredo Neves, seu antigo secretário de redação de seu jornal *Estado de Minas* durante os anos 30, agora coordenador político da campanha de Kubitschek à Presidência. O denominador comum encontrado nesta reunião, foi que os Associados assumiram o compromisso de apoiar a campanha de JK, se o PSD conseguisse uma cadeira de senador, dessa vez, pelo estado do Maranhão, o que o jornalista teria chamado de “operação paraíba”. (MORAIS, 2015, p. 693)

Caracterizado pela figura de empresário de sucesso, mecena e de representante de uma elite econômica e política do Brasil, o jornalista muitas vezes também foi descrito como “um bandeirante do século XX”, um homem preocupado pelo incremento da aviação civil, a luta contra a mortalidade infantil e um homem determinado pela criação de uma cultura autenticamente brasileira. (MORAIS, 2015, p. 608)

Acompanhando o aumento da tiragem do periódico, progredia também a influência de Chateaubriand junto de políticos e empresários nacionais e internacionais, aproximando-o cada vez mais dos centros de decisão do poder, o jornalista possuía estreitas relações com políticos e grandes empresas. As publicidades e os anunciantes, bem como a influência do jornal, tornaram-se as bases de sustentação do *Diário da Noite* até fins de 1960, quando os *Diários Associados* tornou-se um verdadeiro Estado dentro do Estado, e Chatô um dos mais importantes magnatas da imprensa do século XX (BARBOSA, 2007, p. 77)

Carlos Lacerda, em especial, uma figura importante para o entendimento das questões propostas no presente trabalho, tinha chamado muito atenção de Chateaubriand, que via naquele jovem jornalista, um manifesto escrito por Lacerda denominado “Declaração de

Princípios”, a favor dos Aliados, que foi subscrito por Samuel Wainer, Hermes Lima, Rubem Braga, Graciliano Ramos, Astrojildo Pereira e Moacir Werneck de Castro. Chateaubriand teria questionado a Lacerda, o que ele fazia junto aos “comunistas”, este tinha respondido que trabalhava numa agência de propaganda que era responsável pela boa imagem dos cassinos junto à imprensa carioca, assim, o dono dos Associados lhe teria oferecido uma proposta de emprego como diretor da *Agência Meridional e O Jornal*.

Por outro lado, quando necessárias outras vozes que saíssem em defesa de Chateaubriand, como o caso do jornalista Carlos Lacerda, argumentando em favor da candidatura de sua candidatura ao Senado, que em a *Tribuna da Imprensa*, publicou saudando Chateaubriand como alguém “em quem Nietzsche, que foi um dos autores da sua mocidade, deixou marcas mais profundas do que geralmente se chega a perceber”: [...] Senador, posto que sempre recusou qualquer outro mandato político” (MORAIS, 2015, p. 643).

O tal mencionado apoio dos Associados às candidaturas, basicamente consistia em veiculação de propagandas e publicidades nos jornais, além da publicação de notícias elogiosas de apoio. Além da opção política, o apoio a campanha era certamente um bom negócio para Chateaubriand, não bastando o cargo obtido de senador, Chateaubriand ainda faturaria milhões de cruzeiros em publicidades e “cobertura jornalística editorial” da campanha eleitoral de JK.

Em meio a tantos jornalistas gabaritados, outros profissionais começaram a fazer parte do cast dos Associados, seja em colaborações através de *O Cruzeiro* ou em artigos e seções no *Diário da Noite*, figuraram escritores, cronistas e jornalistas de calibre como Nelson Rodrigues, Lúcio Cardoso, Rachel de Queiroz, Alex Vianny, Franklin de Oliveira, Millôr Fernandes, Stanislau Ponte Preta, além dos já consagrados Gilberto Freyre e José Lins do Rego.

Outros negócios não jornalísticos, também faziam parte dos interesses de Chateaubriand e do qual mantinha relações, como as instituições de ensino e escolas, tendo sido co-fundador FESPSP (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo) em 1933, e em 1956, criando junto ao publicitário Rodolfo Lima Martensen, uma instituição anexa ao MASP, a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), para cujos cursos os Associados distribuíam bolsas de estudo por todo o Brasil.

A figura pública de Assis Chateaubriand, foi muitas vezes caracterizada como uma espécie de inimigo político da educação, alguém que se colocava frontalmente aos interesses dos estudantes; a polêmica tinha se iniciado por episódio de sua nomeação ao cargo de professor de filosofia do direito e direito romano da Faculdade de Direito do Recife em 1915, quando houveram polêmicas nos principais jornais cariocas, de que ele foi privilegiado por ser noivo do diretor da faculdade e membro da banca examinadora do concurso. O mesmo acontecia, nas décadas que viriam a seguir, como em 1956, por ocasião de encontrar se com o Ministro da Fazenda de JK, José Maria Alkmin, solicitando dinheiro do Estado para solucionar a crise financeira do MASP e dele mesmo:

*“Quando entrava no prédio da esquina da rua Buarque de Macedo com a praia do Flamengo, deixando dentro do Cadillac preto o motorista Artur e um capanga que cobria uma folga de Amâncio, o jornalista foi visto por um pequeno grupo de estudantes que se dirigiam à sede da UNE, a meia quadra de distância do apartamento do ministro da Fazenda(...)Os estudantes que viram Chateaubriand entrar no prédio tinham ido até a sede da UNE e pintado cartazes com frases ofensivas ao jornalista. Um velho caixão de defunto guardado na sede da entidade(e que já havia sido enterrado vários políticos(...))” (MORAIS, p.721)*

No que concerne às suas crenças Chateaubriand defendia que o Brasil fosse apresentado às outras nações, não como um país repleto de mocambos, mulatas e pretos, que era dever do Estado, agir com censura para que o país não fosse espelhado assim.

Não obstante criticasse a aparência do povo brasileiro que compunha a classe popular, embora fosse subserviente aos interesses da “burguesia”, contraditoriamente também não era incomum que fizesse discursos reiterando seu desprezo, mesmo batendo sempre que precisava às portas de industriais, comerciantes, banqueiros e fazendeiros, criticava-os dizendo:

*“A burguesia brasileira não sabe viver e, o pior, não sabe nem morrer (...) Não sabe viver porque dissipa seus bens consigo própria, sem saber o significado da palavra mecenato, sem se preocupar sequer com o destino do vizinho que mora na casa em frente. E não sabe morrer porque no último suspiro lega aos filhos exatamente esses mesmos e lamentáveis padrões”* (MORAIS, p. 445)

O *Diário da Noite* no campo doutrinário, e dentro do recorte cronológico do presente trabalho, pode ser caracterizado como um órgão de imprensa liberal, de cunho nacionalista e anticomunista. As políticas de governo no campo da educação foram alvo de duras críticas nos periódicos, a instrução, ao longo dos anos analisados, fora considerada sempre um problema nacional de primeira ordem e que o enfrentamento destas questões contribuíram com a modernização e o conseqüente progresso do país, assim, foi dentro desta lógica, a de renovar a sociedade dentro da ordem, que jornalistas e educadores lançaram-se nas campanhas pela reformulação educacional.

Como observou a historiadora Capelato(1989), estudos de jornais são de extrema importância para compreensão de um certo período histórico, setores liberais atuaram através da imprensa, educação e partidos, procurando formatar as novas elites dirigentes à uma pretendida consciência nacional. A imprensa enquanto instrumento da manipulação de interesses, pode ser também concebida como um agente da história que registra e comenta os fatos ocorridos, por assim dizer, percebemos que os representantes da imprensa tinham objetivos bem determinados, mas frequentemente a luta social e política os obrigavam a se adaptar à novas situações e exigia, assim, muitas vezes a reformulação de suas propostas.

Como salientou Bahia(1972, p. 91), a vocação liberal democrática da grande imprensa passava pelo domínio da informação e pela sedimentação da opinião pública, e para que a realização destes planos se concretizasse, era preciso agir conforme objetivos e conveniências. Segundo Nelson Werneck Sodré (1983, p. 406), Chateaubriand dos *Diários Associados*, teria empreendido campanhas de seu interesse na grande mídia como forma de negociatas impondo pressão e barganha sobre o governo, empresas e pessoas, houveram inúmeras acusações de que seus órgãos teriam se aproveitado de benesses e favores de bancos e governos, devidamente retribuídos com contrapartidas de opinião pré-formada ou ausência de verdades.

Ao selecionar o texto jornalístico como fonte de pesquisa, o historiador deve levar em conta que sua fonte não é um documento “puro e cristalino” que contenha todas as verdades, é importante realizar entrecruzamentos com outras informações, principalmente, manter o olhar crítico.<sup>18</sup> Como apontou Jacques Le Goff, foi Michel Foucault(1969) quem abordou claramente a questão, declarando que os problemas da história podem se resumir numa só palavra: “questionar o documento”, recordando, “O documento não é o feliz instrumento de uma história que seja, em si própria e com pleno direito, *memória*: a história é uma certa maneira de uma sociedade dar estatuto e elaboração a uma massa documental de que não se separa:

*“(...)a história é que transforma os documentos em monumentos e o que, onde dantes se decifrava traços deixados pelos homens, onde dantes se tentava reconhecer em negativo o que eles tinham sido, apresenta agora uma massa de elementos que é preciso depois isolar, reagrupar, tornar pertinentes, colocar em relação, constituir em*

---

<sup>18</sup> Os estudos culturais promoveram uma nova percepção de métodos para o tratamento das fontes históricas, a partir da utilização da perspectiva interdisciplinar através de conceitos oriundos da linguística, a psicanálise, a antropologia e a sociologia. A partir da renovação dos temas e procedimentos metodológicos da “redescoberta” da história cultural nos anos 1970, é que observamos a virada para valorização e utilização da imprensa e outros objetos como fonte documental.



conjunto” (FOUCAULT, Michel. Arqueologia do Saber apud LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, p. 536).

Relativamente à análise qualitativa do material obtido a partir do corpus documental apresentado, a metodologia empregada será a Análise de Discurso (AD) das fontes jornalísticas, tal qual como concebida por Michel Pêcheux, a partir da articulação entre os conceitos de língua, ideologia, discurso e sujeito. (FREIRE, 2021, p. 8) Como demonstrado por Sérgio Freire, em Lowy(1988), abordando o conceito de ideologia para Marx e Engels, a ideologia é um conjunto de ideias que procura ocultar a sua própria origem nos interesses sociais de um grupo particular da sociedade(Op, cit., p. 12), portanto, trata-se de um instrumento que a classe dominante usa para enganar e ludibriar a classe dominada, e assim, apagar a sua exploração por aquela classe.

A partir do conceito formulado por Louis Althusser, de Aparelhos Ideológicos de Estado, que se encontra presente dentro da própria escola, família, igreja e partidos políticos, que se executa o assujeitamento do indivíduo frente à ideologia, e a partir do momento de sua sujeição, passa a falar em posição determinada por ela (AIE) . Para Foucault, discursos são práticas de pensamento, e a língua é uma prática social de sujeitos ideológicos, que por práticas de pensamento, querem que seus sentidos sejam os sentido prevalecentes; assim, é que a língua se realiza a partir da ideologia, na sua luta por poder e para estabelecer o seu sentido que é o discurso (Op. Cit., p. 14).

Segundo Freire, cabe ao analista de discurso, fazer o caminho inverso pelo qual se defrontou com as marcas textuais presentes, o analista deve procurar identificar os textos que ficaram de fora (objeto discursivo), evidenciar que esses textos ausentes significam (processo discursivo), quais são as propriedades do discurso e a que a formação discursiva pertencem, e por fim, qual a formação ideológica(FI) que dá sustentação a essas formações discursivas.

Portanto, neste processo de descrição e de interpretação do discurso, é que as marcas se configuram e reconfiguram. A leitura analítica é feita a partir da proposição de três perguntas heurísticas, que ajudaram a evidenciar o sentido das marcas textuais: Qual é o conceito-análise presente no texto? Como o texto constrói o conceito-análise? A que discurso pertence o conceito-análise construído na forma que o texto se dispôs? Assim, o analista deve mostrar o funcionamento do discurso identificado mediante a materialidade do texto, por meio das marcas oriundas do corpus documental em questão, portanto, trataremos como conceito-análise a visão sobre a educação no imaginário social do início dos anos 50-1960 no Brasil.

No que se refere a adoção de fontes impressas como jornais periódicos e sua utilização como objeto e fonte para pesquisas em História da Educação, a partir da divulgação dos ideários pedagógicos em suas publicações e atendendo aos interesses comerciais de uma imprensa privada, o papel da imprensa consolida-se como importante fator para estabilização e legitimação do modelo político, econômico e social que se pretende ser implantado em determinada época. A partir da análise das notícias e reportagens sobre educação na grande imprensa, é possível denotar as lutas por legitimação e participação dos diversos agentes que reforçam os discursos interessados pela reforma do ensino e da instrução pública.

Como referenciado por Stela Andrade (2011 apud MUNHOZ et al, p. 218), alguns estudos têm buscado acompanhar o processo de constituição da imprensa, centrando a atenção nas representações que são veiculadas e nos personagens que estão envolvidos e nos grupos que se formam em volta desse veículo. Dentro dessa perspectiva, a palavra impressa e seus suportes, passam a ser entendidas não apenas como registro do que aconteceu, mas como parte constituinte do acontecimento, que pode ser refletida da sua utilização pelo público leitor, ou pelo viés do uso da grande imprensa como estratégia para divulgação e espaço de construção de um discurso sobre educação.

A partir de uma abordagem cultural sobre as fontes e os objetos investigados, segundo Nunes e Carvalho (1993), o pesquisador deve levar em consideração o objeto através de sua materialidade e deve ser entendida como uma prática de representação e também como dispositivo, a partir do qual, os bens culturais são postos a circular. A utilização da imprensa como fonte requer uma análise detalhada sobre o seu lugar de inserção, à forma como os impressos chegaram às mãos do leitor, qual materialidade esses textos apresentam seja em formato, tipo de papel, qualidade de impressão, presença/ausência de ilustrações, estruturação e divisão do conteúdo, as relações que manteve(ou não) com o mercado, publicidades, público pretendido e objetivos propostos. Conforme Roger Chartier(1991), sobre a adoção do texto impresso como objeto de estudo, enfatizando a necessidade de se entender que “não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao leitor(MUNHOZ op. cit, p. 219 apud CHARTIER, 1991, p. 127)

Para Roger Chartier, a História Cultural tem como principais objetivos identificar o modo como, em momentos e lugares diversos, uma determinada realidade social é construída, pensada e mostrada, para isso, é de suma importância apreender o objeto a partir da assimilação que o conceito de representação traz em si. Portanto, a representação se vincula ao processo de produção de sentido, que pode ocorrer através de elementos materiais, como imagens, textos e ou orais. Para que essa produção de sentido efetivamente ocorra, é necessário que um grupo social utilize de sua prerrogativa enquanto agente enunciativo dos discursos, e que a partir dos instrumentos dados a partir do seu lugar de sujeito, assim, se efetiva a interlocução entre os discursos proferidos e o lugar ocupado por quem os utiliza.

Através da análise das notícias veiculadas relativas ao tema do presente trabalho, pudemos verificar que o *Diário da Noite* por ser um jornal popular mas ligados aos grandes poderes da esfera política, noticiou os acontecimentos conforme as reportagens e entrevistas de educadores em torno da tramitação do projeto, mas sem defender a bandeira da escola pública, principalmente, em artigos de opinião editoriais, sustentou crítica negativa ao projeto dos reformistas de “esquerda” do INEP e ao movimento de estudantes e representações sindicais em torno do projeto de Diretrizes e Bases.

### **Fontes Consultadas**

*Diário da Noite - 1927 a 1980 (SP)*. Disponível em Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional

<http://memoria.bn.br/> - Acessado em 09/08/2021

### **Bibliografia**

BAHIA, J. *Jornal, História e Técnica*. São Paulo: Ibrasa, 1972.

BARBOSA, M. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BICCAS, M. S. & FREITAS, M. C. *História Social da Educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.

CAPELATO, M. *Os arautos do liberalismo: Imprensa Paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DIJK, T. A. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2010.

- FARIAS, D. D. *Em Defesa da Ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo(1930-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- FAZENDA, I. C. A. *Educação no Brasil Anos 60: O pacto do silêncio*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- FERREIRA, J. & DELGADO, L. A. N. (orgs.) *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FREIRE, S. *Análise de discurso: Procedimentos metodológicos*. Manaus: EDUA, 2021.
- FREITAS, M. C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- MARTINS, A. L. & LUCA, T. R. de(orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.
- MICELI, S. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979.
- MORAIS, F. *Chatô, o Rei do Brasil*. Companhia das Letras, 1994.
- MUNHOZ, F. G; et al *De madeira e artes de fazer flechas: apontamentos teórico metodológicos em História da Educação*. Taubaté: Casa Cultura 2016.
- NOSELLA, P. & BUFFA, E. *A Educação Negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ROMERO, M. *Inúteis e perigosos no Diário da Noite*. São Paulo: Fapesp, 2011.
- SAVIANI, D. *Política e Educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação de Ensino*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio A Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- SODRÉ, N. W. . *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- SPOSITO, M. P. *O Povo vai à Escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- TUPY, I. S. S. T. & SAMARA, E. M. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- VILLALOBOS, J. E. R. *Diretrizes e Bases da Educação: Ensino e Liberdade*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1969.

